Indenização por erro em cartão de crédito

Pagamento não registrado e cobranças indevidas podem resultar em indenizações de até R\$ 10,4 mil na Justiça

ndenizações por cobranças indevidas em cartões de crédito podem chegar a R\$ 10,4 mil. A expectativa do Juizado Especial do Espírito Santo é de que no final deste ano o número de processos aumente em até 20%, em relação a 2003.

Segundo a coordenadora dos juizados especiais do Estado, Janete Simões, o alto número de reclamações e processos contra os cartões de créditos de lojas e bancos não se refere apenas aos juros cobrados, mas também às despesas não efetuadas e à inscrição indevida do cliente no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

"Nesta época do ano, com o aumento do movimento nas lojas e por não existir um critério rigoroso de verificação, é comum as lojas

tular do cartão e até mesmo venderem a mercadoria para pessoas que não são proprietárias do documento", informou a coordenadora.

não conferirem o nome do ti-

Em algumas lojas é possível realizar compras com o cartão de uma outra pessoa, assinar por ela e não ser questionado, mesmo quando a assinatura é diferente da que consta no cartão. Algumas falhas na conferência da assinatura também vêm sendo registradas em postos de gasolina.

A coordenadora ressaltou, ainda, que o valor de R\$ 10,4 mil foi pago a uma pessoa que entrou com um processo no Juizado Especial contra uma loja por inscrição indevida no SPC e na Centraliza-

ção de Serviços dos Bancos S/A (Serasa).

"A pessoa possuía o cartão da loja, efetuou corretamente o pagamento da sua dívida, porém a loja entrou com o seu nome como devedora no SPC e na Serasa", informou Janete.

A coordenadora do juizado informou que o valor das indenizações varia conforme os danos demonstrados pelo cliente que precisam ser comprovados diante do juiz. No Juizado Especial do Estado as indenizações podem chegar até a 40 salários mínimos, ou seja, cerca de R\$ 10,4 mil.

Segundo a assessoria de Comunicação do Procuradoria de Defesa do Consumidor (Procon), só neste ano foram registrados no Estado 66 reclamações de casos de envio de cartões de créditos sem a solicitação do cliente e 362 pedidos para recálculos de juros.

Além disso, outras 148 reclamações foram efetuadas por cobrança indevida de compras não realizadas. Já 142 pessoas procuraram o órgão para renegociar valores devidos.



Janete frisou que o número de processos aumentou este ano

